

# Justiça Restaurativa na Escola: Estado do Conhecimento

Ana Paula Araújo<sup>1</sup>

**RESUMO** – Este artigo é um estudo do Estado do Conhecimento sobre a implementação de práticas restaurativas na resolução de conflitos e prevenção à violência nas escolas brasileiras. Ele foi feito a partir de uma análise de conteúdo das teses e dissertações defendidas entre 2009 e 2011 nos Programas de Pós-Graduação e visa esclarecer as perspectivas sob as quais o assunto vem sendo estudado, comunicar os principais resultados dessas pesquisas e analisá-las com o intuito de delinear lacunas existentes na produção científica que poderão nortear futuros estudos. Através desse artigo percebeu-se que a aproximação da Justiça Restaurativa com a Escola fez com que alguns professores transformassem suas posturas e opiniões frente à gestão de conflitos. Mas apontou também que ainda existem muitos desafios a serem superados na formação de professores e no processo de implementação das práticas restaurativas nas escolas para que uma contribuição mais significativa na pacificação de conflitos seja alcançada.

Palavras-chave: Justiça restaurativa, Educação, Gestão de conflitos.

## Restorative Justice in School: State of Knowledge

*ABSTRACT - M\_This paper is a study of the State of Knowledge on the implementation of restorative practices for solving conflicts and preventing violence in Brazilian schools. It was elaborated based on the analysis of content from thesis and dissertations defended between 2009 and 2011 in graduate programs and aims at clarifying the perspectives under which the subject is being studied, as well as communicating main results from these researches and analyzing them with the intent of tracing existing gaps in the scientific literature that may guide future studies. With this study it was possible to realize that the approximation of Restorative Justice and School made some of the teachers change their attitudes and opinions when faced with conflict management. However, it also pointed out that there are still many challenges that need to be overcome in teacher's training programs and in the process of implementing restorative practices in schools, so that a more significant contribution for the pacification of conflicts is reached.*

*Keywords: Restorative Justice, Education, Conflict Management.*

---

<sup>1</sup> Doutoranda da Faculdade de Educação da PUCRS, Mestre em Educação pela PUCRS, Coordenadora Pedagógica do Turno Integral e Coordenadora Voluntária de Círculos Restaurativos na EMEF Migrantes.

## Introdução

Alunos, pais e professores tem demonstrado preocupação com diversas manifestações de violência que ocorrem dentro de muitas escolas brasileiras.

Isso tem despertado o interesse de políticos, gestores e educadores por formas alternativas de pacificação de conflitos. Por isso, algumas escolas brasileiras estão adotando práticas restaurativas para gerir conflitos e prevenir a violência.

As práticas restaurativas são genericamente diversos tipos de encontros pelos quais “através da comunicação não violenta, os atores escolares refletem e discutem sobre o que motivou o conflito e quais foram as consequências na vida deles”. (NUNES, 2011, p. 45)

Mais especificamente são práticas voltadas para a gestão cooperativa e pacífica de conflitos através do diálogo norteados por valores da Justiça Restaurativa (participação, respeito, honestidade, humildade, interconexão, responsabilidade, esperança e empoderamento) que ocorrem por necessidade e escolha voluntária dos envolvidos num conflito com a intenção de reparar um dano causado e restaurar um relacionamento a partir de um processo reflexivo capaz de impulsionar transformações necessárias.

A Justiça Restaurativa mais especificamente é uma forma alternativa de intervenção para episódios de delito ou crime. Ela busca oportunizar o encontro voluntário entre vítima e agressor para que com o apoio de membros significativos da comunidade e de um facilitador capacitado possam manifestar seus

sentimentos, expor as necessidades decorrentes do dano causado para posteriormente buscarem elaborar um acordo consensual capaz de repará-lo, resgatar as relações interpessoais e planejar as transformações necessárias para um futuro mais seguro e harmonioso.

Então, a Justiça Restaurativa:

[...] ocupa-se das consequências e danos produzidos pelo dano. Esta forma de justiça valoriza a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos para a auto-expressão e o protagonismo de cada um dos envolvidos e interessados – autor do fato, receptor do fato, familiares e comunidade. Partindo daí, fortalece e motiva as pessoas para a construção de estratégias para restaurar os laços de relacionamento e confiabilidade social rompidos pelo conflito. (BRANCHER; MACHADO, 2008, p. 63)

Ela vem sendo implantada no sistema judiciário de vários países a partir de recomendações realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No Brasil a adoção de práticas restaurativas em escolas é recente e foram impulsionadas em decorrência da criação de Projetos promovidos pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (tais como: “Justiça e Educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania” no estado de São Paulo em 2006 e “Justiça para o Século 21: Instituinto Práticas Restaurativas”- no Rio Grande do Sul em 2005) e do posterior estabelecimento de parcerias individuais ou das Secretarias de Educação com os mesmos.

Esses projetos em dimensões diferenciadas oportunizam a capacitação de

educadores para tornarem-se multiplicadores desse conhecimento nas comunidades e facilitadores de círculos restaurativos nas escolas, evitando quando possível, que a resolução dos conflitos dependa do Sistema de Justiça.

Dessa forma, o presente artigo realiza um balanço da produção científica sobre o tema Justiça Restaurativa na Escola nos Programas de Pós-Graduação em Educação brasileiros, ou seja, é um estudo do estado do conhecimento “[...] já que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado”. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 40)

Este estado do conhecimento revela aspectos já abordados e respondidos pelas pesquisas realizadas no país bem como lacunas que ainda poderão ser respondidas por estudos futuros.

## **Desenvolvimento**

Essa pesquisa foi iniciada na base de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) por ser reconhecida como uma base qualificada de dados e que proporciona o acesso as pesquisas mais recentes realizadas no país. Entretanto, não foram encontrados Grupos de Trabalho (GTS) que tratassem do assunto.

Assim, a busca prosseguiu com a realização de pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que também é uma base de dados qualificada e tem como objetivo possibilitar acesso e divulgar a produção científica dos Programas de Pós-Graduação brasileiros. Através

dessa pesquisa foi possível obter os resumos de teses e dissertações produzidas pelos referidos Programas. A consulta foi realizada no site <http://www.capes.gov.br> pelo critério assunto a partir da expressão exata “justiça restaurativa na escola”, sem utilizar o ano de produção como filtro da pesquisa.

A partir dos dados emergentes dessa busca foram selecionadas somente as pesquisas feitas na área da Educação em nível de Mestrado e Doutorado. Dessa forma, as produções da categoria Mestrado profissionalizante do Banco de Dados da CAPES foram desconsideradas. Essa coleta de dados ocorreu no início do primeiro semestre de 2012 e com ela foi possível obter três resumos de teses e dissertações produzidas em 2009 e 2010. A referida consulta assim indicou que inexistem teses ou dissertações sobre o assunto, anteriores a 2009 e que as posteriores a 2010 ainda não estão disponibilizadas no site.

Dessa forma, o recorte temporal utilizado para a elaboração desse estudo (2009 a 2011) é decorrente da disponibilidade de dados encontrados no Banco de Dados da CAPES no momento da elaboração desse artigo. Esses dados obtidos foram complementados com as dissertações e teses produzidas em 2011 e que já estavam na ocasião disponíveis no site de busca Google ([www.google.com.br](http://www.google.com.br)) e que foram obtidas a partir da expressão “justiça restaurativa na escola tese dissertação 2011”.

Posteriormente, foi feita uma pesquisa nos sites das Universidades que produziram as pesquisas para acessar as versões integrais de todas as obras. Através dessa pesquisa foi

possível localizar e baixar todas as produções científicas.

As seguintes teses e dissertações foram obtidas nessa pesquisa:

**Quadro 1- Levantamento da produção científica**

Título	Autor	Nível	Ano de defesa	Instituição
A Justiça Restaurativa um desafio para a Educação	Maria Petronella Boonem	Doutorado	2011	Universidade de São Paulo (USP)
Justiça Restaurativa na Escola: Trabalhando as relações Sócio-morais	Mariana Custódio de Souza Baroni	Mestrado	2011	Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Justiça Restaurativa na Escola: reflexos sobre a prevenção da violência e indisciplina grave e na promoção da cultura de paz	Clóvis da Silva Santana	Mestrado	2011	Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Justiça Restaurativa na Escola: Perspectiva Pacificadora ?	Ana Paula Araújo	Mestrado	2010	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Justiça Restaurativa no Cotidiano Escolar: uma alternativa para a solução de conflitos	Rosana Cathya Ragazzoni Mangini	Mestrado	2010	Universidade de Sorocaba (UNISO)
Veredito: Escola, Inclusão, Justiça Restaurativa e Experiência de si	Betina Schuler	Doutorado	2009	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Fonte: a autora

O Quadro 1 explicita que apesar da aparente relevância do tema até o momento o

Brasil produziu somente seis pesquisas sobre o assunto. Esses dados demonstram também que, até o presente momento, apenas quatro Programas de Pós-Graduação em Educação dedicaram-se ao desenvolvimento de pesquisas sobre o tema, sendo que até o momento a produção acadêmica foi predominantemente realizada pela PUCRS com duas produções e UNESP com duas produções.

A análise do Quadro 1 também demonstra que a produção científica sobre a temática em questão é feita predominantemente até o momento pelo gênero feminino e que a distribuição da produção científica nos últimos três anos aconteceu da seguinte forma:

**Quadro 2- Relatório Descritivo**

Nível da Pesquisa	2009	2010	2011
Dissertações de Mestrado	0	2	2
Teses de Doutorado	1	0	1

Fonte: a autora

O quadro 2 revela assim que nos últimos três anos foram defendidas quatro Dissertações de Mestrado e duas Teses de Doutorado sobre a temática em questão nos Programas de Pós Graduação em Educação Brasileiros. Isso significa que 1/3 dos trabalhos mapeados são fruto de teses de Doutorado, enquanto 2/3 são oriundos de dissertações de Mestrado, sendo que a maior concentração da produção científica foi no ano de 2011 com predominância de pesquisas em nível de Mestrado. Verifica-se assim que os números de produções científicas triplicaram de 2009 para 2011.

Além disso, a realização desse levantamento oportunizou a constatação de que a

produção acadêmica está distribuída basicamente entre dois estados brasileiros: São Paulo e Rio Grande do Sul. Dessa forma, ela concentra-se na região sul e sudeste do país. Tal fato provavelmente está relacionado ao fato de que nesses estados estão sediados os Projetos que estimulam a adoção de práticas restaurativas em escolas.

A análise das produções leva a constatação de que existe a predominância de estudos qualitativos na produção científica, já que das seis pesquisas realizadas cinco são de natureza qualitativa e uma é de natureza quali-quantitativa. Isso revela a inexistência de estudos de caráter essencialmente quantitativos.

Ao ler os resumos das dissertações e teses percebe-se que na maioria deles não estão explicitados a metodologia de pesquisa adotada pelos pesquisadores. Mas a maioria desses resumos, ou seja, quatro das seis produções explicitam os instrumentos de pesquisa utilizados para a coleta de dados nas teses e dissertações. Neles constata-se que os instrumentos mais utilizados foram a entrevista e a observação que apareceram em 75% dos resumos que explicitaram os instrumentos utilizados na coleta de dados.

Das seis produções científicas mapeadas somente duas dissertações informam em seus resumos o referencial teórico utilizado: o que equivale a 50% dos resumos das dissertações produzidas e a 1/3 do total das produções.

Os autores citados nesses resumos foram: Winnicott, Foucault, Ariés, Bourdieu, Kafka, Piaget, Marshall, Boyack e Bowen, Melo, Ortegá, Pallamolla, Penido, Pinto, Rolim, Saliba, Zehr, Biaggio, Kant, Kolberg, Menin,

Assis e Vinha, Lema, Vincentin, Vinha, Vinha e Tognetta. Mas não foi possível identificar um autor que se destacasse com maior frequência nesses resumos.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada na construção do estado do conhecimento sobre a temática em questão foi: o mapeamento da produção científica e o levantamento documental, a leitura dos resumos das teses e dissertações, leitura flutuante e aprofundada das teses e dissertações, elaboração de resumos expandidos para posteriormente realizar uma análise de conteúdo.

A partir da análise de conteúdo feita a partir dos resumos elaborados emergiram três categorias a partir de temáticas significativas recorrentes na produção científica. São elas: Formação de professores, Dificuldades na implementação das práticas restaurativas e Repercussão das práticas restaurativas nas escolas.

## **Formação de professores**

Essa temática é abordada de forma direta ou indireta frequentemente nas pesquisas já que as escolas que implementam as práticas restaurativas precisam oportunizar formação técnica específica aos professores interessados em facilitar encontros restaurativos que passam a ser também responsáveis em auxiliar na multiplicação do conhecimento sobre essa forma de resolver conflitos nas comunidades escolares.

Mais precisamente quatro pesquisas foram elencadas nessa categoria, sendo uma tese e três dissertações.

Na tese de Doutorado de Petronella Maria Boonen defendida em 2011 na USP cujo título é: “A Justiça Restaurativa, um desafio para a educação”, a pesquisadora faz uma minuciosa descrição dos processos formativos oportunizados pela organização não governamental Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Lindo (CDHEP) - em São Paulo e analisa as avaliações decorrentes das diferentes modalidades de formação em Justiça Restaurativa oferecidas à educadores que trabalham com jovens em conflito com a lei.

Através de diferentes fontes de coleta de dados percebeu que os cursos foram bem acolhidos pelos educadores e que são percebidos “como sendo de autoconhecimento, autoformação”. (BOONEN, 2011, p. 206) A pesquisadora constatou que os educadores demonstram interesse pela temática pois lhes traz “esperança de mudança” (BOONEN, 2011, p. 207) e que os mesmos acreditam que a formação qualifica suas intervenções pedagógicas porque “ajuda a interromper as reações automáticas”. (BOONEN, 2011, p. 206)

Nessa pesquisa os educadores avaliaram que a formação os ajudou a colocarem-se mais no lugar dos outros e que consideram que essa aprendizagem é fundamental na formação de facilitadores de práticas restaurativas.

Entretanto, os educadores mencionaram que as formações oferecidas possuíam conteúdo teórico repetido e desconsideravam as experiências anteriores dos educadores com a

Justiça Restaurativa por isso se sentiram desqualificados.

A pesquisa de Boonen (2011) ainda revelou que os educadores sentem falta de discutir casos e isso lhes deixa inseguros, bem como sentem necessidade da formação técnica oferecida estar aliada o aprofundamento do seu autoconhecimento para conseguirem sentirem-se mais seguros na tarefa de facilitar encontros restaurativos. Concluiu assim que

[...] a capacidade de aprender através da experiência e constantemente rever, avaliar e adaptar os procedimentos às necessidades alheias e aos novos aprendizados são qualidades indispensáveis que precisam ser favorecidos ao longo da formação dos facilitadores. (BOONEN, 2011, p. 245)

A dissertação, “Justiça Restaurativa na Escola: reflexos sobre a prevenção da violência e indisciplina grave e na promoção da cultura de paz”, defendida na UNESP em 2011, por Clóvis da Silva Santana foi realizada a partir de uma pesquisa realizada numa Escola da Região Metropolitana de São Paulo. Seu estudo revelou que faltam professores capacitados nas escolas para facilitar os encontros restaurativos, pois nem sempre os professores que recebem a capacitação permanecem longo prazo na escola e assim a demanda por encontros restaurativos é maior que a capacidade de promover esse tipo de encontro.

A dissertação (SANTANA, 2011) explicitou ainda que nesse caso a formação oportunizada aos educadores representou o comprometimento voluntário com mais uma atribuição.

O autor constatou que na escola “as pessoas mais envolvidas com as práticas

restaurativas ou as que tem um conhecimento um pouco maior sobre o assunto tendem a acreditar no projeto e em sua aptidão para tratar com situações de conflito”. (SANTANA, 2011, p. 273) Além disso, esclareceu que apesar da formação oportunizada as atitudes e intervenções das professoras facilitadoras dos encontros restaurativos não conseguiam configurar um procedimento restaurativo.

Fato parecido é constatado por Baroni (2011) que em sua pesquisa observou nas escolas pesquisadas que a atuação do professor mediador em escolas de São Paulo algumas vezes é superficial, pois não encaminha a realização dos círculos restaurativos e resolvem ao seu modo os conflitos que chegam até eles, inclusive reforçando negativamente a autoestima dos alunos e fortalecendo a heteronomia dos mesmos.

Baroni (2011) relata que o critério utilizado pelas direções da escola para viabilizar a participação de professores nos cursos oferecidos foi disponibilidade de horário e não adequação com o perfil profissional. A falta de empenho das direções em oportunizar momentos de estudo e debate a partir dos relatos dos participantes dos cursos fez com que esses educadores não se tornassem multiplicadores do conhecimento na escola.

No estudo de caso elaborado por Araújo (2010) na primeira escola da rede municipal de Porto Alegre a implementar uma Central de Práticas Restaurativas foi possível perceber através das entrevistas realizadas que não houve continuidade no processo de formação em Justiça Restaurativa na Escola a partir das necessidades daquela comunidade devido a dúvidas e

inseguranças dos profissionais que participaram dos cursos de formação sobre esse novo paradigma e que isso também prejudicou a divulgação do projeto naquela comunidade escolar.

A dissertação em questão (ARAÚJO, 2010) revela ainda a necessidade de facilitar a formação de professores já que a rotina da escola dificulta a saída em massa de professores para realizar cursos fora da escola no horário de trabalho.

Também sugere que talvez seja necessário prever experiências práticas na formação de professores com essa forma não violenta de resolver conflitos para que seja possível diminuir a insegurança dos mesmos ao facilitarem esse tipo de encontro nas escolas.

Dessa forma, a análise dessas pesquisas leva a crer que existem indícios de que a formação de professores necessita do desenvolvimento de competências específicas mas, apresenta deficiências que precisam ser revistas para que a qualidade das intervenções nas práticas restaurativas sejam asseguradas possivelmente trazendo novos impactos na prevenção da violência.

### **Desafios à implementação das práticas restaurativas**

Transformar a gestão dos conflitos escolares é a proposta que a Justiça restaurativa traz às escolas. Porém, essas mudanças são processos permeados por tensões e conflitos que por vezes dificultam e desafiam a implementação das práticas restaurativas.

A categoria “Desafios à implementação das práticas restaurativas” abrangeu a totalidade das produções científicas mapeadas.

Nas suas dissertações Santana (2010) e Baroni (2011) explicitaram como dificuldades à implementação de práticas restaurativas o voluntariado e a rotatividade de professores na escola. Esses fatos para os pesquisadores em questão ou sobrecarregam os professores ou inviabilizam a adoção de práticas restaurativas, pois as escolas ficam sem profissionais capacitados para colocar em prática a proposta.

Santana (2011) também menciona como grande desafio a adoção de práticas restaurativas a superação da cultura punitiva arraigada na escola. Tal fato também é relatado por Mangini (2010) e Baroni (2011).

Santana (2011) relatou como entrave a esse processo a falta de conhecimento das práticas restaurativas pelos segmentos da comunidade escolar. Fato semelhante foi abordado por Baroni (2011) que afirmou que nem todos os professores sabiam que a escola possuía um projeto de justiça restaurativa na escola e por Mangini (2010) que também afirmou que

[...] a participação nas ações de justiça restaurativa nas escolas não deve restringir-se a alunos e professores; familiares e comunidade são elementos importantes na construção desse modo de negociar com a violência, ainda mais porque se pretende que a pacificação das lides a partir do diálogo repercuta nas relações sociais. (MANGINI, 2010, p. 99)

Santana (2011, p. 269) ainda verificou que

[...] as falas de alguns entrevistados e as informações contidas nos questionários nos autorizou a concluir que a socialização dos resultados dos círculos operados na escola é insuficiente e acaba reforçando a desconfiança na proposta como forma eficaz de trabalhar conflitos violentos.

Para esse pesquisador os professores não demonstram estar interessados em aprender a gerir conflitos de forma diferenciada e esperam que terceiros se responsabilizem por operacionalizar isso. Os alunos também não esperam que os conflitos sejam solucionados pelo professor e continuam esperando que outras figuras de autoridade tomem as medidas necessárias.

Araújo (2010) e Santana (2011) apontaram como empecilho a implementação o fato de as práticas restaurativas não serem contempladas nos documentos norteadores da prática pedagógica tais como o Projeto Político Pedagógico, por exemplo.

Entretanto, Araújo (2010) especificamente revelou através de seu estudo de caso que a desesperança, a falta de conhecimento, disposição e comprometimento coletivo abalam a implementação de transformações necessárias a prevenção à violência tais como as práticas restaurativas.

Nesse mesmo sentido a dissertação de Marina Custódio Baroni (2011) revelou que para potencializar resultados eficazes através de práticas restaurativas é necessário que os educadores abandonem uma atitude passiva e passem a adotar uma postura ativa frente a violência através de uma proposta cooperativa de trabalho.

Na sua dissertação Baroni (2011, p. 121) explicitou que

[...] os entrevistados demonstraram que os círculos restaurativos de que participaram em sua maioria, promoveram o acordo entre as partes, no entanto esses acordos não foram fruto da sua participação [...], mas de propositura das próprias facilitadoras.

Sua afirmação revelou desrespeito a um valor fundamental desse tipo de prática “a voluntariedade” que precisa ser superado pelos educadores e escolas que adotaram práticas restaurativas.

Em sua pesquisa Baroni (2011) revelou ainda que os Círculos Restaurativos tem potencial para se tornarem um instrumento que favorece a gestão dos conflitos escolares desde que os educadores enviados para participar dos cursos de formação proporcionados estejam interessados em multiplicar seus conhecimentos com a comunidade escolar e trabalhar como facilitadores desses encontros, permaneçam nas escolas e respeitem os valores norteadores da prática para evitar o fortalecimento de relações de heteronomia. Para ela assim será possível obter maiores níveis de satisfação dos participantes dos Círculos Restaurativos e ganhe maior credibilidade como aliado na resolução de conflitos e prevenção à violência.

Boonen (2011) percebeu que para a justiça restaurativa ser implementada na escola a “educação precisa ensinar e desafiar o pensamento e a autorreflexão para que este procedimento possa ser”. (BOONEN, 2011, p. 240)

Na tese “Veredito: Escola, Inclusão, Justiça Restaurativa e Experiência de si”, a pesquisadora Betina Schuler (2009, p. 100) afirmou que “não houve segundo os

entrevistados nenhum Círculo Restaurativo na escola em que o professor estivesse no lugar do professor”. Para ela isso é uma afirmação de que para a escola quem produz a violência são os alunos e não os professores. E assim implementa uma tecnologia que visa contribuir para uma construção de uma cultura de paz mas é destinada somente para os alunos e através dela mantém uma vigilância hierarquizada sem a obtenção de uma equidade de poder.

Essas teses e dissertações apontaram assim múltiplos desafios a serem superados durante a implementação de práticas restaurativas em escolas tais como: voluntariado, cultura punitiva, rotatividade de professores, falta de conhecimento dos segmentos da comunidade das práticas restaurativas, divulgação dos resultados obtidos através dos Círculos Restaurativos e respeito aos valores norteadores das práticas restaurativas.

### **Repercussões das práticas restaurativas nas escolas**

A adoção de práticas restaurativas gerou consequências específicas em cada escola do país que se propôs a gerir conflitos sob essa perspectiva.

Porém, essas múltiplas experiências revelam os impactos emergentes que permitem compreender em linhas gerais os resultados circunstancialmente obtidos a partir da implementação dessa experiência inovadora de resolução de conflitos.

Cinco trabalhos compuseram a categoria de análise “Repercussões das práticas restaurativas na escola”.

Araújo (2010) constatou em sua dissertação de Mestrado que houve uma experiência em escola que mostrou que os professores que participaram de Círculos Restaurativos posteriormente passaram a resolver conflitos de forma diferenciada, pois trocaram uma postura de desresponsabilização por uma de responsabilização, ou seja, passaram a se envolver mais com a resolução de conflitos.

Essa pesquisadora também verificou que a experiência de participar de um Círculo Restaurativo gerou em alguns educadores um reencantamento a partir da constatação de que em alguns momentos a união é capaz de fazer a força.

E conclui que a Justiça Restaurativa na escola “é uma brecha significativa no sistema disciplinar da escola, que mostra que há espaço para crenças e ações voltadas para a atenuação da coerção, da punição e da exclusão como recurso pedagógico para regular a vida em comunidade”. (ARAÚJO, 2010, p. 82)

Sobre as repercussões das práticas restaurativas na escola Santana (2011, p. 204) percebeu que “as práticas restaurativas têm sido experimentadas no cotidiano da escola sem exclusividade como modo de tratar ou conduzir os conflitos”.

Santana (2011) ainda explicitou que não há unanimidade na escola em que foram coletados os dados de seu estudo sobre os reflexos da Justiça Restaurativa na escola paulista em que foi realizado o estudo, mas que

[...] a fala de alguns entrevistados, em especial da equipe gestora, sugere que estão imbuídos de uma sensibilidade ou mentalidade restaurativa, que pode influenciar-lhes o modo de proceder

independentemente das políticas do Estado, a ponto de garantir a sobrevivência do Projeto [...]. (SANTANA, 2011, p.271)

Sobre as repercussões da adoção de práticas restaurativas na escola Boonen (2011, p. 234) afirma: “creio que a punição, que para maioria dos educadores aparece como incômodo, após a formação, deixa de ser um imperativo e passa a ser encarada como ato de liberdade”.

Enquanto que Mariana Custódio de Souza Baroni (2011) ao fazer referência as entrevistas realizadas com os participantes de círculos restaurativos em escolas paulistas de Heliópolis e Guarulhos menciona que elas revelam que os alunos não participaram voluntariamente do encontro e foram induzidos a participar do encontro sem possuírem voz ativa para proporem um acordo. Para ela isso prejudicou o alcance de resultados positivos dos círculos restaurativos nas escolas.

Entretanto, nem todos os estudos visaram esclarecer as contribuições que as práticas restaurativas trouxeram às escolas.

Betina Schuler (2009) na sua tese “Veredito: Escola, Inclusão, Justiça Restaurativa e Experiência de si”, defendida na PUCRS em 2009 analisa numa perspectiva foucaultiana a união dos discursos da Educação e do Direito como mais uma forma de produção de verdade que busca pretensamente uma inclusão utilizando tecnologia específica que produz novos modos de subjetivação. Assim a pesquisadora faz uma crítica, ou seja, a desconstrução das intenções dessa forma de pacificação social e quer somente denunciar os limites dessa prática. Essa foi a única pesquisa identificada nessa perspectiva.

Schuler (2009) acredita que a organização espacial dos indivíduos em círculo nos encontros restaurativos apesar de suas pretensas boas intenções são ainda uma normatização que divide os indivíduos e os rotula em categorias que não se diluem.

Para Baroni (2011) a credibilidade dos Círculos Restaurativos pra resolver conflitos e prevenir a violência está ameaçada pelo desrespeito dos educadores que atuaram como facilitadores do encontro aos princípios norteadores desse tipo de prática. A pesquisadora constatou que em Heliópolis e Guarulhos “as escolas não estavam realizando o projeto de maneira tão ativa quanto parecia”. (BARONI, 2011, p. 96) E passou a considerar inclusive a possibilidade de extinção dessas práticas na escola já que vem ocorrendo em algumas escolas uma significativa diminuição desse tipo de encontros.

Porém, ressalta que “os círculos tiveram problemas de execução [...] mas, em alguns momentos conseguiram possibilitar a recuperação de elos rompidos, combatendo novas possíveis ações violentas”. (BARONI, 2011, p. 133)

Para Boonen (2011) as avaliações dos educadores apontaram que as formações em Justiça Restaurativa os estimularam a colocarem-se no lugar do outro (habilidade considerada essencial pela pesquisadora na formação dos facilitadores de encontros restaurativos) e que os mesmos passaram a compreender que a instauração do justo necessita do afastamento de posturas preconceituosas.

Na dissertação “Justiça Restaurativa na Escola: Trabalhando as relações sócio-morais” a

pesquisadora Mariana Custódio de Souza Baroni (2011) da Universidade Estadual Paulista realizou uma pesquisa qualitativa em escolas que implementaram práticas restaurativas através de parceria com o Projeto” Justiça e Educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania” no estado de São Paulo. Ela constatou que houve com o decorrer do tempo um declínio na realização de Círculos Restaurativos que apontam a existência de um risco de serem extintos das práticas escolares.

Nas escolas pesquisadas por Baroni (2011) ficaram evidentes a dificuldades dos alunos imaginarem e proporem um acordo restaurador. Tal fato fez com que os professores que estavam facilitando os Círculos Restaurativos fizessem isso por eles.

Dessa forma, essa pesquisadora constatou em alguns momentos o desrespeito aos valores norteadores dos Círculos Restaurativos não foram sempre eficientes para reestabelecer as relações interpessoais e estimular transformações de comportamento desejáveis, mas algumas vezes foram positivos e contribuíram para resgatar vínculos rompidos evitando prováveis retaliações violentas.

A partir disso, Baroni (2011) afirmou que os Círculos Restaurativos tem potencial para se tornarem um instrumento que favorece a gestão dos conflitos escolares desde que os educadores enviados para participar dos cursos de formação proporcionados estejam interessados em multiplicar seus conhecimentos com a comunidade escolar e trabalhar como facilitadores desses encontros, permaneçam nas escolas e respeitem os valores norteadores da prática para evitar o fortalecimento de relações

de heteronomia. Para ela assim será possível obter maiores níveis de satisfação dos participantes dos Círculos Restaurativos e ganhar maior credibilidade como aliado na resolução de conflitos e prevenção à violência.

Com sua pesquisa qualitativa e quantitativa Baroni (2011) constatou que a adoção dessa prática restaurativa não eliminou a forte influência retributiva no tratamento à violência e indisciplina. Dessa forma, as práticas restaurativas coexistiram com práticas de natureza retributiva na escola estudada. Com a análise dos dados qualitativos coletados através de entrevistas percebeu que a falta de capacitações a médio e longo prazo e de divulgações dos resultados alcançados no decorrer dos anos dificultam a continuidade de práticas restaurativas na escola, pois não aumentam o conhecimento e a confiança da comunidade escolar nessa forma alternativa de resolução de conflitos.

Essa falta de planejamento fez com que na visão de Baroni (2011) a Justiça restaurativa na escola não contribuisse de forma significativa na prevenção da violência e na promoção da cultura de paz.

Esses dados revelaram discrepâncias significativas sobre os resultados que as práticas restaurativas estão alcançando, portanto temporariamente são inconclusivas.

A análise dessa categoria demonstrou que talvez mais estudos sejam necessários para revelar de forma aprofundada as conquistas obtidas em encontros restaurativos exitosos realizados em escolas.

## **Conclusão**

A partir dos dados anteriormente apresentados percebe-se que a produção científica brasileira sobre a experiência de pacificação de conflitos escolares através da justiça restaurativa está crescendo gradativamente, mas é ainda muito recente e por isso ainda existem poucos estudos sobre a temática em questão.

A análise de conteúdo feita a partir das teses e dissertações feitas sobre o tema Justiça Restaurativa na Escola produzidas entre 2009 e 2011 permite a constatação de que há entre os pesquisadores da área uma acentuada preocupação com a qualidade da formação de professores que serão facilitadores de práticas restaurativas e que poderão ser multiplicadores desse conhecimento nas comunidades escolares contribuindo de forma mais expressiva para prevenir a violência.

Esses dados revelaram que em algum sentido as formações oportunizadas aos professores precisam ser continuamente avaliadas para que na medida do possível sejam reestruturadas pelos Projetos que as oferecem e possam formar profissionais mais qualificados e capazes de respeitar os princípios norteadores desse tipo de prática que poderão atingir resultados mais restauradores.

Também esclareceu que em alguns casos a formação está diretamente atrelada ao comprometimento de assumir uma nova responsabilidade. Isso demonstra que a implementação de práticas restaurativas dependa da boa vontade de educadores dispostos a sobrecarregar-se de atividades. Tal dado retrata que a delegação da gestão de conflitos

exclusivamente a poucas pessoas da escola pode ser insuficiente, ineficiente e desestimulante devido ao demasiado esforço exigido a alguns educadores.

O fato de nem todos os professores das escolas que adotaram práticas restaurativas passarem por algum tipo de capacitação aprofundada sobre Justiça Restaurativa pode ter contribuído para o fomento do desinteresse pela inovação e pela responsabilização exclusiva dos que passaram pela formação pela implementação das práticas restaurativas.

A análise das teses e dissertações leva a perceber que os educadores que participaram dos cursos de formação oferecidos seja por falta de oportunidade, de estímulo ou por insegurança não conseguiram ser multiplicadores desses conhecimentos na escola e que tal fato prejudicou o processo de divulgação dessa forma de resolução de conflitos nas comunidades escolares.

A maioria das teses e dissertações não tratam especificamente da formação de facilitadores de encontros restaurativos apesar de abordarem o tema e nem revelam o cronograma dos cursos de formação, ou seja, a carga horária dos cursos, os turnos em que foram oferecidos, as súmulas, etc.

Entretanto, a produção científica demonstra que há indícios de necessidade de uma formação e/ou assessoria continuada aos professores facilitadores que possibilite a discussão de casos visando através da reflexão de situações vividas o aperfeiçoamento de futuras intervenções.

Essa categoria de análise em algum sentido mostra que a formação de professores

sob um novo paradigma deve ser considerada um processo complexo e contínuo que precisa ser planejado a curto, médio e longo prazo. Por isso a espera por expressivos resultados massivamente significativos pode ter sido precipitada já que transformações profundas não acontecem instantaneamente. Porém, se avaliações e investimentos forem mantidos na formação de professores é possível que a médio ou longo prazo os ajustes necessários a formação de professores sejam viabilizados e obtenham-se maiores índices de satisfação com os Círculos Restaurativos nas escolas.

Essa pequena produção científica revela que existem repercussões discrepantes sobre os círculos restaurativos em escolas, pois as pesquisas trazem indícios de que quando essas práticas são bem aplicadas podem ser uma alternativa eficiente e sustentável para resolver conflitos e prevenir a violência.

Também explicita que quando as práticas restaurativas são mal utilizadas nas escolas, isto é, são realizadas sem respeitar os seus valores norteadores, podem gerar graus de insatisfação e descontentamento que minimizam a potencialidade que elas poderiam atingir.

Essa situação desafia as escolas a encontrarem formas criativas e sustentáveis de viabilizarem e perpetuarem as práticas restaurativas para resolver conflitos e prevenir a violência a partir do envolvimento de toda comunidade escolar

Então, essa visão geral das produções acadêmicas brasileiras circunstancialmente é inconclusiva no que diz respeito a percepção da contribuição das práticas restaurativas para a

prevenção da violência e construção de uma cultura de paz.

Percebe-se de maneira geral que os estudos realizados apesar de visarem avaliar o impacto da utilização de práticas restaurativas na escola para resolver conflitos e prevenir a violência não revelam o grau de satisfação das vítimas diretas e/ou indiretas e ofensores que passaram por esse tipo de encontro e nem se as relações afetadas pelo dano ou conflito foram restauradas após o procedimento.

Os estudos também não explicitam: a) quem são os principais solicitantes de encontros restaurativos nas comunidades escolares; b) os tipos de conflitos que são resolvidos com práticas restaurativas; c) não analisam se os acordos elaborados foram cumpridos e nem elucidaram os consensos estabelecidos proporcionadores da reparação de danos; d) não analisam os processos utilizados para divulgar as práticas restaurativas nas comunidades escolares.

Com essa pesquisa verificou-se ainda a inexistência de estudos referentes exclusivamente aos significados da vivência dos encontros restaurativos para vítimas e ofensores na escola.

## Referências

ARAÚJO, Ana Paula. **Justiça Restaurativa na Escola: perspectiva pacificadora?** Porto Alegre: PUCRS, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, 2010. Disponível em: <[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2527](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2527)>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BARONI, Mariana Custódio de Souza. **Justiça restaurativa na escola: trabalhando as**

Tais fatos são indicadores da necessidade de mais estudos sobre a temática para que seja possível esclarecer de maneira mais efetiva o potencial da utilização dos círculos restaurativos nas escolas.

Então, essas lacunas provavelmente serão temporárias e os resultados apresentados aqui são análises parciais e provisórias que poderão ser complementadas por outros pesquisadores em estudos futuros.

**relações sociomoraís.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2011 Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <[http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129044P6/2011/baroni\\_mcs\\_me\\_prud.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129044P6/2011/baroni_mcs_me_prud.pdf)> Acesso em: 23 abr. 2012.

BOONEN, Petronella Maria. **A Justiça Restaurativa, um desafio para Educação.** São Paulo: USP, 2011. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:

[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-140344/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-140344/pt-br.php). Acesso em: 23 abr. 2012.

<[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2063](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2063)>. Acesso em: 25 abr. 2012.

BRANCHER, Leoberto; MACHADO, Cláudia. *Justiça Restaurativa e Educação em Porto Alegre: uma parceria possível*. In: MACHADO, Cláudia (Org.). **Cultura de paz e justiça restaurativa nas escolas municipais de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA/SMED, 2008.

*Artigo submetido em maio de 2012*  
*Aceito em maio de 2013*

MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Justiça Restaurativa no Cotidiano Escolar: uma alternativa para a solução de Conflitos**. Sorocaba: Univ. de Sorocaba, 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2010. Disponível em: <[www.educacao.uniso.br/prod\\_cientifica/alunos/2010/Rosana\\_Cathya\\_Ragazzoni\\_Mangini.pdf](http://www.educacao.uniso.br/prod_cientifica/alunos/2010/Rosana_Cathya_Ragazzoni_Mangini.pdf)>. Acesso em 23 abr. 2012.

NUNES, Antônio Ozório. **Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores**. São Paulo: Contexto, 2011.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANTANA, Clóvis da Silva. **Justiça Restaurativa na Escola: reflexos sobre a prevenção da violência e a indisciplina grave e na promoção da cultura de paz**. 2011. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <[http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129044P6/2011/santana\\_cs\\_me\\_prud.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129044P6/2011/santana_cs_me_prud.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2012.

SHULER, Betina. **Veredito- Escola, Inclusão, Justiça Restaurativa e Experiência de Si**. Porto Alegre: PUCRS, 2009. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: